

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.691 - DF (2019/0220891-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**
CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337
DAISY MACHADO MENDES DE OLIVEIRA - DF036226
REBECCA LAMPERT GOMES DE SÁ - DF058923
RECORRIDO : **RACHEL ALVES DOS SANTOS**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DO DEVEDOR DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS PREVISTOS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL. SÚMULA 83/STJ. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Fundação dos Economiários Federais FUNCEF contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Águas Claras - DF, que, nos autos de execução de título extrajudicial, determinou a exclusão dos honorários advocatícios contratuais do débito exequendo.

A Oitava Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios negou provimento ao agravo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 42-48):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARÂMETRO LEGAL. 10% (DEZ POR CENTO). OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. JUDICIALIZAÇÃO DA DEMANDA. EXIGIBILIDADE. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL (ART. 827, “CAPUT” DO CPC).

1. Os honorários advocatícios contratuais somente são exigíveis enquanto não há judicialização da demanda. Proposta a ação, aplica-se, necessariamente, a norma processual pertinente. Precedentes deste Tribunal.

2. Na ação de execução de quantia certa, o Juiz, ao despachar a inicial, fixará honorários advocatícios no patamar legal objetivo de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme determina o “caput” do art. 827 do CPC.

3. Recurso conhecido e desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Irresignada, a fundação exequente interpõe recurso especial, fundamentado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, apontando, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; e 389, 395 e 404 do CC.

Alega, em síntese, ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal e a possibilidade de cobrança de honorários advocatícios contratuais, de natureza ressarcitória, à luz da legislação civil aplicável.

Contrarrazões não apresentadas.

Brevemente relatado, decido.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o Tribunal *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido enfrentou, de forma clara e fundamentada, as questões suscitadas pelas partes, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

No tocante à questão de fundo, há orientação jurisprudencial da Segunda Seção desta Corte, sedimentada por ocasião do julgamento do EREsp 1.155.527/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 13/6/2012, DJe 28/6/2012, no sentido de que apenas os honorários contratuais pagos para a adoção de providências extrajudiciais decorrentes do inadimplemento são compreendidos pelo termo "honorários de advogado" previsto pelos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil, excluindo os

Superior Tribunal de Justiça

honorários contratados para a atuação judicial.

Nesse sentido:

ACÇÃO RESCISÓRIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO INTEGRAL. HONORÁRIOS CONTRATUAIS DE ADVOGADO DESPENDIDOS PELA PARTE PARA AJUIZAMENTO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. NÃO CABIMENTO. ARTIGOS 389 E 395 DO CÓDIGO CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 343 DO STF. ACÓRDÃO RESCINDENDO EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO SEDIMENTADA PELA EGRÉGIA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE SUPERIOR. ACÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE.

(AR n. 4.683/MG, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 28/5/2014, DJe 6/6/2014)

Conforme bem esclarecido pelo Min. Paulo de Tarso Sanseverino no acórdão citado, por ocasião do julgamento do EREsp 1.155.527/MG, a Min. Nancy Andrighi revisou seu posicionamento anterior, apontando a melhor interpretação dos dispositivos tidos por violados:

Dessarte, não obstante as considerações por mim tecidas no julgamento do REsp 1.027.797/MG, 3ª Turma, minha relatoria, DJe de 23.02.2011, penso que a expressão “honorários de advogado”, utilizada nos arts. 389, 395 e 404 do CC/02, deve ser interpretada de forma a excluir os honorários contratuais relativos à atuação em juízo, já que a esfera judicial possui mecanismo próprio de responsabilização daquele que, não obstante esteja no exercício legal de um direito (de ação ou de defesa), resulta vencido, obrigando-o ao pagamento dos honorários sucumbenciais.

Vale dizer, o termo “honorários de advogado” contido nos mencionados dispositivos legais compreende apenas os honorários contratuais eventualmente pagos a advogado para a adoção de providências extrajudiciais decorrentes do descumprimento da obrigação, objetivando o recebimento amigável da dívida.

No caso dos autos, o Tribunal de origem manteve a decisão agravada que determinou a exclusão dos honorários advocatícios contratuais do valor total do crédito exigido pela agravante, sob o argumento de que, nos termos do art. 827 do CPC/2015, a referida verba deve ser fixada pelo Juiz ao despachar a execução, observando as disposições constantes no art. 85 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, é evidente a consonância da decisão com a jurisprudência desta Corte, atraindo a aplicação da Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

